

# Lição, notas, reprovação

**EDUCAÇÃO** A prefeitura de São Paulo revê a progressão continuada na rede pública

POR THAÍS PAIVA E TORY OLIVEIRA

**O** PREFEITO FERNANDO HADDAD e o secretário de Educação, César Callegari, anunciaram na quinta-feira 15 um novo projeto para as escolas municipais. Entre outras medidas, a prefeitura retoma antigas práticas na rede pública, entre elas a possibilidade de reprovação em cinco dos nove anos do ensino fundamental, lição de casa obrigatória, avaliação bimestral sistemática, notas de 0 a 10 e envio de boletins para os pais. Logo após o anúncio do plano, as críticas se concentraram em um ponto: por que reabilitar práticas consideradas arcaicas entre educadores e superadas há 21 anos na rede paulistana?

Os resultados das avaliações dos estudantes paulistanos mostram um desempenho sofrível e o objetivo do Mais Educação é justamente reverter esse quadro. A cidade é a oitava colocada entre as capitais no Índice de Educação Básica (Ideb), indicador do governo federal calculado com base na aprovação e evasão e no desempenho dos alunos em avaliações externas. Segundo dados da Prova Brasil, os alunos pioram ao longo do ensino fundamental. Se no 5º ano 34% deles alcançam proficiência avançada em leitura e escrita e 27% em habilidades para resolver problemas matemáticos, os números

caem para 23% e 10%, respectivamente, no 9º ano. “É comum crianças no 5º ano do fundamental com problemas de alfabetização, dificuldade que deveria ter sido solucionada muito antes”, afirma Solange Ignácio Pinheiro, professora de Matemática da Escola Municipal Almirante Tamandaré.

Por causa desses índices, a prefeitura aumentou a possibilidade de reprovação, criticada por muitos especialistas. Antes possível apenas no 5º e no 9º ano, numa rede organizada em dois ciclos, ela passa a ser permitida nos últimos quatro anos do ensino fundamental e no fim do período de alfabetização, em um novo arranjo da rede de três ciclos.

“Os verbos aprovar e reprovar não deveriam existir em uma escola. Na educação, o fundamental é aprender e a progressão continuada visa ao aprendizado contínuo. O que as pessoas chamam de ‘promoção automática’ só passou a existir porque, dentro do modelo de progressão continuada, nada foi feito para acompanhar os alunos com dificuldades”, explica Artur Costa Neto, presidente da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação de São Paulo.

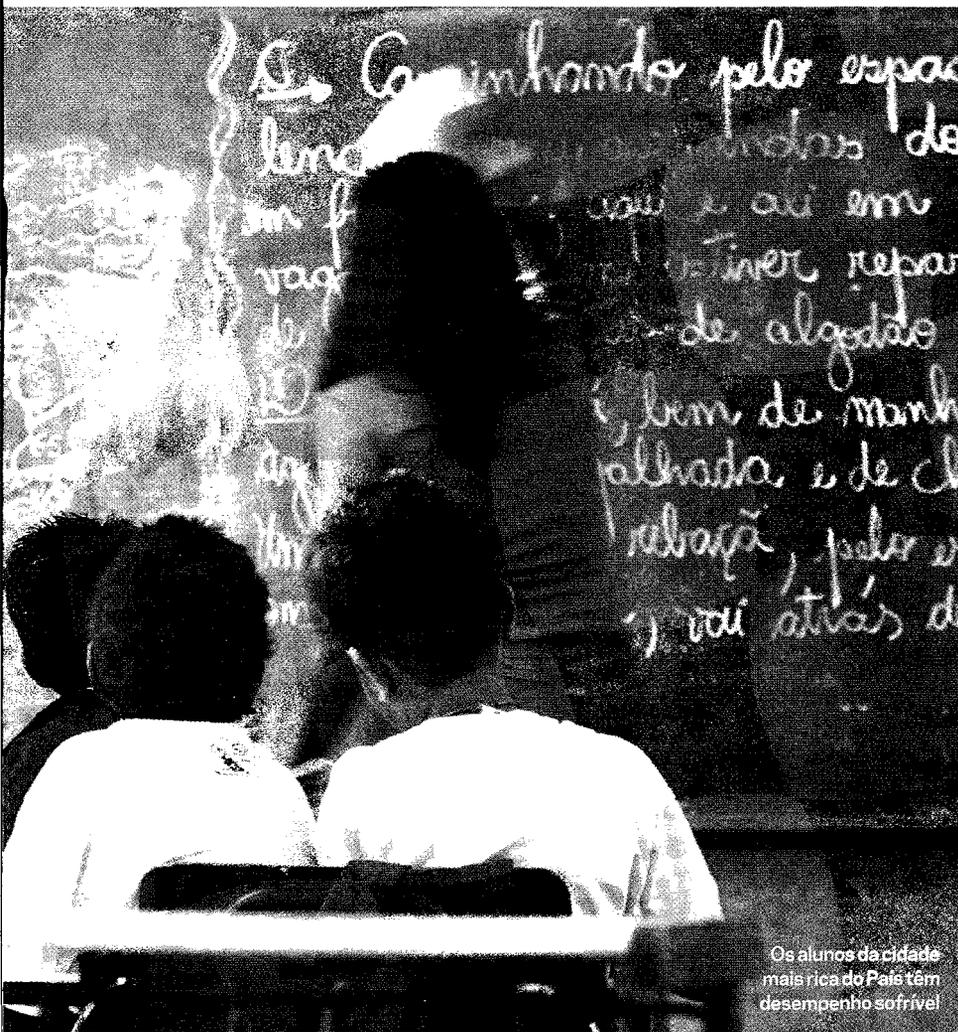
Em entrevista exclusiva ao site de *CartaCapital*, o prefeito Fernando Haddad disse pretender implantar no sistema público o mesmo acompanhamento



**Haddad:**  
“Os meus críticos teriam coragem de colocar os filhos em escolas com aprovação automática?”

O prefeito restabelece medidas abolidas há duas décadas





Os alunos da cidade mais rica do País têm desempenho sofrível

do aluno em vigor na rede particular e afirmou que ficaria frustrado se os filhos chegassem ao fim do ensino fundamental sem capacidade de ler ou escrever. Haddad pergunta: “Os meus críticos teriam coragem de colocar os filhos em escolas nas quais a aprovação é automática?”

Desde 1992, a capital convive com os ciclos de progressão continuada, implantados na rede municipal pela gestão de Luiza Erundina, à época filiada ao PT. A escolha pelo modelo visava combater a evasão escolar. O aluno repetente, mostram os estudos, tem mais chance de abandonar a escola. Mas o conceito acabou distorcido pela ideia de que os estudantes deveriam passar de ano ainda que não saibam nada.

O debate sobre a progressão continuada ofusca outros problemas mais centrais. “É uma medida conservadora achar que o aluno pressionado pela reprovação vai melhorar. Há uma correlação entre desempenho educacional e renda. Para não falar de salário e formação de professor”, explica a consultora pedagógica de redes públicas e privadas Maria José da Nóbrega. Segundo a pedagoga, além da reprovação não melhorou a qualidade do ensino, corre-se o risco de voltar à situação existente no passado, uma soma de alta evasão e repetência. “Essas reformulações batem no imaginário coletivo do que significa uma escola forte e tendem a ser muito bem acolhidas por pessoas de fora da área educacional.”

Para Callegari, a possibilidade de reprovação funciona como um sinalizador para a escola, as famílias e os alunos dos objetivos a serem perseguidos. “Ninguém opta pela reprovação. Optamos pela melhora do ensino e, principalmente, da aprendizagem.” Diante das críticas, o secretário contra-argumenta: “Retrocesso é a fraude que significou a aprovação automática na prática. Ela estimula a deseducação. Os jovens passam a considerar a possibilidade de avanços sem esforços e que a educação é algo que não dá trabalho”.



**Mãe de uma aluna** do 3º ano, Silvani Silva de Almeida apoia as mudanças. “Estão de parabéns. É uma vergonha uma criança chegar até o 5º ano sem saber ler e escrever”, opina ela, cuja filha estuda na Escola Municipal Coelho Neto, localizada na zona leste da capital. “Como na minha época era assim, eu aprovo. A partir do momento em que você sabe que não será reprovado, não adianta a mãe pegar no pé, você não estuda.”

Ocimar Alavarse, professor da Faculdade de Educação da USP, ressalta os aspectos moralistas da proposta de reestruturação: “Há um senso comum disseminado de que a reprovação é boa e sua ausência é lasciva”. Coordenador pedagógico na rede municipal entre 1995 e 2008, Alavarse utiliza dados da Prova São Paulo, relativos ao 5º ano, para contestar a suposição de que a reprovação, necessariamente, auxilia os alunos. Segundo ele, em algumas escolas paulistanas analisadas, os alunos aprovados apresentavam níveis de leitura menor do que os daqueles reprovados. “O critério para a reprovação não tem a objetividade esperada. Muitas vezes, o professor utiliza critérios como comportamento ou se o aluno fez ou não a lição de casa. Isso é importante, mas não são critérios cognitivos.”